

A CIDADE JÁ NÃO É O QUE ERA

por

José Alberto Rio Fernandes¹

Resumo: As cidades reúnem a maioria das pessoas do mundo. Mas, mais que isso, são motores de desenvolvimento e espaço privilegiado para a mistura e a inovação. Já viveram muitas mudanças e já estiveram na origem de muitas alterações do mundo. Vivem hoje uma nova vida, quando muitos dos que as habitam estão de passagem: turistas, nómadas digitais, pessoas de duas ou três residências, estudantes internacionais e imigrantes de curta e média duração. A sua transformação é marcada em muitos casos, designadamente em Portugal, pelo aumento dos preços do solo e pela mudança de usos, em processos de gentrificação e turistificação que não raras vezes se sobrepõem numa gentroturistificação que põe em causa a própria definição clássica de cidade, exigindo um novo olhar e uma nova política.

Palavras-chave: Mudança urbana; Residentes não permanentes; Gentroturistificação.

Abstract: Cities are home to the majority of the world's population. Yet, beyond that, they serve as engines of development and prime spaces for mixing and innovation. They have undergone numerous transformations and have been the source of many global shifts. Today, they are experiencing a new kind of existence, as many of their inhabitants are merely passing through — tourists, digital nomads, people with multiple residences, international students, and short — to medium-term immigrants. Their transformation is often characterized — particularly in Portugal — by rising land prices and changing land use, driven by processes of gentrification and “touristification”. These processes frequently overlap to create a phenomenon of “gentro-touristification” that challenges the very classical definition of the city, demanding a fresh perspective and new policies.

Keywords: Urban change; Non-permanent residents; Gentro-touristification.

PRÓLOGO

Este pequeno texto não é científico, nem literário. Faltam-lhe citações e referências bibliográficas a autores que já muito disseram sobre o que aqui abordo; tampouco tem pretensões literárias. Todavia, pode ser que seja um pouco das duas coisas. Assim o espero, sem qualquer presunção.

O que me leva a escrevê-lo, para além da insistência de um amigo? A ideia que tenho — e que desejo partilhar — que a cidade, muitas cidades, tal como as conhecíamos, estão em processo de rutura e reinvenção e que é importante entender o que se passa. É disso que aqui falo, como contributo, enquanto leitura pessoal, para que, quem possa e deseje, possa encontrar os caminhos para reverter esse processo, ou para se adaptar, porventura o incentivar, sendo que qualquer das opções me parece melhor que a do desconhecimento.

¹ Faculdade de Letras da Universidade do Porto / CEGOT. Email: joseriof@letras.up.pt.

A CIDADE É TALVEZ A MAIOR DAS REALIZAÇÕES HUMANAS

Desde a sua origem e apesar de alguns sobressaltos no tempo (como na Europa após a queda do Império Romano Ocidental) e variações no espaço (a população rural é ainda majoritária em muitos países africanos), a cidade tem conhecido dimensões inimagináveis ainda há apenas dois séculos e multiplicado a sua quantidade extraordinariamente. A prova do seu sucesso é que, ainda que as estatísticas variem de acordo com a fonte (e o recorte geográfico considerado), reúnem a maioria da população do mundo (de acordo com a ONU), verificando-se que uma dezena terá mais de 20 milhões de habitantes e umas quarenta mais de 10 milhões, das quais, curiosamente, apenas uma, Istambul, fica na Europa (e só parcialmente).

As cidades podem ser vistas como o efeito das vantagens que decorrem da economia de aglomeração, ou seja, dos ganhos que se obtêm em eficiência — mais com menos esforço — em resultado da concentração geográfica de pessoas e atividades. Eu gosto de pensar que o seu sucesso — não apenas em número e dimensão — é também a demonstração da vantagem da polis e do desejo de vivermos uns com os outros. Mas, claro, muito mais haveria a dizer sobre o seu “sucesso” e dos fatores que explicam o seu crescimento, incluindo nestas duas dimensões, de eficiência por aglomeração e vantagem do encontro social. Note-se nestas, por exemplo, que se verifica frequentemente as economias de aglomeração transformarem-se em deseconomias, pela falta de adequação ao aumento da população, com poluição, falta de fluidez na circulação, ou custos extraordinários da habitação, por isso, o que leva quase sempre o Estado a injetar continuamente dinheiro público sobre as cidades — e normalmente mais nas maiores —, o que prolonga a sua vantagem sobre cidades pequenas e o espaço rural. Se assim é quase sempre em relação às economias de aglomeração, do lado sociopolítico, a polis está em questão face às evidências que apontam para um crescente aumento do individualismo e aumento da desigualdade.

Nuns casos foram construídas de raiz, ao serviço de um desígnio, como aquando da colonização por gregos ao longo do Mediterrâneo durante a Antiguidade Clássica ou pelo imperialismo romano que se estendeu para o interior do continente europeu. Foi o caso também do estabelecimento aquando da criação de novas colónias (palavra que deriva de algo semelhante a “viver longe de casa”, do grego antigo), por portugueses, espanhóis, holandeses, ingleses e franceses nas costas do Atlântico, do Índico e do Pacífico, mas serviram igualmente de afirmação estratégica de um país, em exemplos mais recentes, como Brasília, Dubai e Shenzhen. Todavia, na maioria das situações, a cidade não foi criada, antes resultou do crescimento mais ou menos lento da população num lugar e de atividades diversas que a sustentaram, num processo de “condensação humana” (como lhe chamou Orlando Ribeiro, a propósito dos aglomerados do Minho),

com a reunião de condições propícias a favorecer a concentração, sejam condições de defesa, a fertilidade do solo, ou a melhoria da acessibilidade (vejam-se os exemplos de Entroncamento, Espinho ou Trofa), entre outras.

Em qualquer caso, as cidades são feitas da mistura. Pode haver povoados de grande dimensão onde quem neles vive trabalha na agricultura, ou “aglomerados-fábrica”, em que todos dependem do campo ou de uma grande empresa, mas para que um dado espaço onde vive um conjunto de pessoas de forma concentrada seja considerado cidade, considera-se indispensável a presença de diversidade: na idade e género dos habitantes, das suas profissões e conhecimentos, assim como das atividades económicas que estão presentes, o que implica trocas e abertura ao exterior. Por isso, é normal que a localização junto a um rio navegável ou a um porto marítimo seja essencial para as cidades mais antigas, como hoje o aeroporto é fulcral para as maiores e ajuda a compreender o processo de metropolização (concentração expandida, onde num espaço de dimensão quase regional se reúne boa parte da população de um país e se faz boa parte da sua afirmação económica e política).

A CIDADE É UM ESPAÇO (RESTRITO) ONDE SE CONCENTRAM PESSOAS (FIXAS E EM MOVIMENTO) E UMA DIVERSIDADE DE ATIVIDADES; É UM POLO DE CULTURA E INOVAÇÃO

Na Europa, as cidades são espaços abertos em países relativamente pequenos (à exceção da Rússia), historicamente habituadas a fluxos migratórios e à presença não permanente: dos marinheiros de várias origens, dos peregrinos que passam ou chegam, de quem procura outras paragens para trabalhar, de aventureiros e dos que buscam o enriquecimento cultural na visita a edifícios notáveis.

Com o processo de suburbanização e a massificação das deslocações casa-trabalho e estudo, facilitadas no século XX pelo transporte coletivo e individual, verificou-se em muitos casos a duplicação (ou mais) da população que habita a cidade (central) durante o dia relativamente à dos que nela dormem. Este processo torna-se mais complexo, sobretudo nas maiores aglomerações, com o aumento do automóvel, metro e da mobilidade em geral, com movimentos dos que saem da cidade central e dos que unem diferentes pontos numa envolvente onde não há apenas residências suburbanas, mas elementos urbanos que ganham importância na “grande cidade”, como centros comerciais, aeroportos, polos universitários, centros culturais, estádios e hospitais.

Além disso, juntam-se aos movimentos o turismo nacional e internacional que se desenvolve no pós-guerra e que, recentemente, aumenta extraordinariamente, levando a

uma transformação sem precedentes de muitas cidades, porque o acréscimo quantitativo dos que estão a residir não permanentemente é acompanhado de uma alteração qualitativa do maior significado. Refiro-me ao facto de os residentes não-permanentes, especialmente os oriundos de outros países, para visitar, estudar ou trabalhar, aumentarem de tal forma que levam até a questionar o próprio conceito de cidade como espaço onde vive — maioritariamente e em permanência — uma população significativa, de forma concentrada.

Nesta mudança há várias causas e processos.

Entre as causas, a mobilidade está em primeiro lugar e surge associada à banalização do recurso ao transporte aéreo e ao ferroviário rápido, ambos cada vez mais acessíveis a um número cada vez maior de pessoas (entre 1980 e 2025 o número de passageiros de avião em todo o mundo passou de 0,64 para 4.9 mil milhões, segundo a International Association of Air Transport). Depois, há a facilidade que a economia de plataforma (onde se inscrevem empresas como a Booking, a Airbnb e a Uber) veio acrescentar à deslocação, ao promover uma relação direta, rápida e fiável, do consumidor com a oferta, facilitando a escolha a partir das suas preferências e da avaliação realizada por outros consumidores. Por fim, importa considerar o que parece ser um crescente e insaciável desejo de viagem, associado ao prazer, ao conhecimento e às novas experiências, em ambientes e culturas diversas, a que se soma ainda as viagens de fidelidade (da repetição aos locais de que se gosta) e para visita a família e amigos.

VÁRIOS PROCESSOS MARCAM A MUDANÇA DE MUITAS CIDADES ATUALMENTE: GENTRIFICAÇÃO, TURISTIFICAÇÃO, DISNEILANDIFICAÇÃO, ...

Nas cidades, qualquer lugar esteve sempre sujeito a dinâmicas de valorização (e desvalorização). Isso pode ocorrer por externalidades positivas (um novo jardim, um arranjo urbanístico bem-sucedido, ...), ou, em contrapartida, por algo que é considerado como indesejável (a instalação de uma fábrica poluente, a presença frequente de práticas de consumo de tóxicos, ...). Do mesmo modo, sem ação externa, a substituição de residentes pode atuar no sentido da valorização ou desvalorização: há evidência de efeitos negativos no mercado imobiliário pela instalação de afrodescendentes, designadamente em cidades dos Estados Unidos na segunda metade do século passado, ou pelo aumento de imigrantes com hábitos diversos dos da população do país onde se instalam, fomentando a saída de residentes antigos. Mas, o que é mais evidente e, sobretudo, mais estudado, desde que Ruth Glass cunhou a expressão em 1964 é o processo dito de gentrificação que pode ser definido como de substituição de residentes de classe baixa

ou média-baixa regra geral de reduzidas qualificações, por uma certa elite cultural e de maior capacidade económica. A partir da identificação desse processo em Londres, a gentrificação passou a ser identificada num número cada vez maior de cidades e até a ser considerada em outras épocas históricas, com adaptação a casos de substituição impulsionados pela procura imobiliária de áreas capazes de garantir elevados ganhos de investimento, assim como o resultado da ação pública para qualificar áreas vistas como problemáticas. Além disso, vários autores (entre os quais me inscrevo) passaram a adotar a designação de gentrificação funcional ou comercial quando processos idênticos aos de natureza residencial se verificaram em estabelecimentos de atividades económicas, como a substituição de tabernas, mercearias e cafés de bairro por restaurantes *gourmet*, lojas de roupa de marca ou de costureiro e relojarias, num processo que, como o anterior, está associado à valorização do solo e à presença em certos lugares de quem tem maiores posses.

Por outro lado, o aumento de turistas, nómadas digitais, investidores globais (em imobiliário, designadamente) e de pessoas com residência em várias cidades, levou a que muitas cidades se voltassem cada vez mais para estes e desvalorizassem os residentes permanentes, já que estes, na sua grande maioria, não estavam dotados da capacidade de compra capaz de fazer face aos usos que viabilizavam os imóveis cujo preço aumentava. Assim, as velhas casas são reabilitadas (ou totalmente renovadas), por vezes mantendo apenas as fachadas para servir o mercado, num processo circular de valorização e substituição que afastava os mais pobres e atraía os mais ricos. Nalguns casos, enquanto o comércio e restauração ganha estatuto e aumenta o preço de bens e serviços, convivendo com uma profusão de estabelecimentos de bugigangas “típicas” e serviços turísticos os mais variados (desde a oferta de *tours* ao depósito de bagagens), assiste-se a um embelezamento regra geral colorido e enobrecido dos imóveis, com recurso inclusivamente à invenção do passado. Diz-se então que a cidade vive um processo de turistificação, no qual o não residente se torna prioritário, o que inclui muitas vezes ações públicas, como a pedestrenização de arruamentos, a privatização do espaço público com esplanadas de cafés e restaurantes, ou a multiplicação de eventos com festivalização das ruas, animadas com bandeirinhas, cartazes e outros adereços. O visitante é privilegiado, sem que, regra geral, se questione o limite (o “*how much is too much*”) em cidades enxameadas de “*tuk-tuk*”, “*hop in, hop out*”, guias turísticos de bandeirinha, músicos improvisados e filas nos lugares de “visita obrigatória” que os promotores procuram multiplicar.

Assim, a turistificação da cidade, ou melhor, de algumas áreas de algumas cidades, estende-se a cada vez mais cidades e a mais áreas de cada uma, em especial como consequência do aumento do número de deslocações internacionais (e internas em cada país também), num processo sem fim à vista, apesar das tentativas de o domar, como em Amsterdão ou Barcelona.

Em muitos casos, o que ocorre é gentrificação, ou seja, situações em que os processos de gentrificação e turistificação se misturam e confundem, em sobreposições de um e outro processo que embora com graus de intensidade diferentes, estão ambos presentes, marcando mudanças claras em áreas que costumavam ser populares, tradicionais, ou simplesmente “normais” e passam a ter preços que afastam quem lá morava e a atrair sobretudo alojamento e “comes e bebes”. Não raras vezes à gentrificação soma-se o fachadismo dos prédios renovados, em que a face voltada para a rua ajuda a “vender” a modernidade que, atrás, desvirtua arquiteturas centenárias, e a animação provocada dos eventos orientados pelo marketing e dirigidos ao que parece ser uma certa “alegria de plástico”, com orientação para o consumo em áreas praticamente sem residentes, numa certa reprodução da Disneilândia. Parece até que a cidade faz de conta de si própria, cópia desajustada do que foi e muitos pensam que devia ser, ao serviço do mercado, da rendabilização do investimento, só atingível pela captação dos novos residentes, os não permanentes.

É PREOCUPANTE O FIM DA POLIS. OU ESTÃO A CONSTRUIR-SE POLIS MUNDIAIS?

As cidades centrais e os centros das grandes cidades não param de ganhar pessoas. Abertas ao mundo, recebem uma quantidade crescente de naturais e residentes fixos de origens as mais diversas. A alta densidade de não residentes permanentes, ou o sobre-povoamento (“*overcrowding*”), tem várias faces. A mais visível é a do congestionamento de ruas por quem circula a pé e os conflitos com o automóvel, visível em filas nas passeadeiras, ou por quem passa entre mesas e cadeiras no espaço público, ou até simplesmente entre quem circula a pé nalguns espaços mais exíguos; menos visível é o *co-living* (vida em comum), onde visitantes, estudantes universitários e imigrantes vivem no mesmo apartamento, com instalações sanitárias comuns, por vezes em quarto partilhado, quando não cama (no sistema chamado de “cama quente”, em que o mesmo leito é usado por várias pessoas em cada dia, por turnos).

Face à pressão, uma outra cidade emerge. Aquela em que muitos dos que a habitam não são dela naturais nem seus residentes permanentes, tampouco cidadãos votantes que participam nas decisões sobre o seu futuro, mas que, todavia, condicionam-no, na medida em que muitos dos que nela vivem dependem deles.



Fig. 1. Rua Augusta (Lisboa) e Rua das Flores (Porto), com mesas, cadeiras e guarda-sóis no espaço público, luzes acesas de dia e colchas de Arraiolos penduradas das varandas em vias pedestrenizadas, onde há poucos residentes e escassos portugueses entre os que circulam a pé.

Que cidade é esta? Uma cidade que marca o fim da “nossa cidade” e a emergência da cidade de muitos mais, de origens diversa. Onde não apenas o comércio e a restauração nos trazem os bens e as comidas de todo o mundo, mas os aviões, comboios e navios fazem chegar também pessoas que nela vivem “provisoriamente” e passam a ser parte de nós, num processo de substituição permanente, cada vez mais intenso e em mais cidades, mudando-as como as conhecíamos em outras que aprendemos a descobrir, mas que não sabemos (ainda) gerir.

Espero eu, que o que venha não seja a não cidade, tampouco o parque temático, mas uma cidade de facto e para todos. Cidade da economia, por certo, mas muito mais que isso, de cultura também e da convivência e antes de mais de uma relação que constrói identidade das pessoas com o espaço, fazendo lugares onde a política é mais que a satisfação do mercado e se evita a desigualdade na procura, sempre, das melhores soluções, específicas no tempo e no espaço, para acomodar os não permanentes sem desvalorizar os de sempre.